

Companhia de
Seguros Aliança do
Brasil

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho
de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - JUNHO DE 2018

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Em 26 de junho de 2018 foi divulgado fato relevante em que a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do acordo de reestruturação da parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, o novo modelo de parceria entre os acionistas, conforme publicado no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2018.

Prêmios emitidos

No primeiro semestre de 2018, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 3.419,9 milhões, crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, alavancado pela carteira de Seguro de Pessoas que apresenta liderança no mercado de Seguros, com 15,7% de participação (Fonte SUSEP dados disponíveis até maio/18).

Destacamos o bom desempenho nas vendas do seguro prestamista, que apresenta um crescimento de 58,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A carteira de Agronegócios/Habitacional apresenta um crescimento estável de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A maior competitividade no mercado de crédito para financiamentos rurais, fez com que as taxas de juros praticadas pelo Banco do Brasil se tornassem menos atrativas, o que impacta diretamente as vendas de seguros.

Despesas administrativas

No semestre, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 3,9%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela empresa juntamente com a otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 164,2 milhões, com redução de 31,7% em relação ao ano anterior.

Índice combinado

O índice combinado no primeiro semestre de 2018 foi de 63,1%, redução de 8,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2018 foi de 60,6%, redução de 6,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 998,3 milhões, aumento de 28,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 1.428,67 em 30 de junho de 2018 e R\$ 1.113,23 no mesmo período do ano anterior. Neste semestre tivemos a reversão integral do valor da PCC, que era constituída especificamente para o produto de ouro vida revisado.

Investimentos e novos negócios

Os investimentos realizados no primeiro semestre de 2018, no montante de R\$ 13,2 milhões, foram destinados à aquisição de softwares, equipamentos e sistemas de informática, móveis, veículos e outros ativos.

Distribuição de dividendos

No semestre foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 888,0 milhões na forma de dividendos, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 08 de janeiro, 20 de fevereiro, 12 de março, 09 de abril, 07 de maio e 11 de junho de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.319,0 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 28 de agosto de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de Seguros Aliança do Brasil (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Companhia de Seguros Aliança do Brasil
 Balanços patrimoniais
 Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		6.427.094	6.852.242
Disponível		3.208	142
Caixa e bancos	5	3.208	142
Equivalentes de caixa	5	10.090	31.560
Aplicações	6	3.173.671	3.864.131
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.636.642	1.420.331
Prêmios a receber	8	1.405.060	1.282.087
Operações com seguradoras		5.125	296
Operações com resseguradoras	9a	226.457	137.948
Outros créditos operacionais	10	143.845	190.640
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	625.140	503.722
Títulos e créditos a receber		102.240	106.280
Títulos e créditos a receber	11a	33.945	34.512
Créditos tributários e previdenciários	26b	48.970	48.565
Outros créditos	11b	19.325	23.203
Outros valores e bens		333	452
Bens a venda		168	154
Outros valores		165	298
Despesas antecipadas		13.647	10.466
Custos de aquisição diferidos	19	718.278	724.518
Seguros		718.278	724.518
Ativo não circulante		5.275.320	5.242.578
Realizável a longo prazo		5.067.179	5.024.162
Aplicações	6	2.085.863	1.998.174
Créditos das operações com seguros e resseguros		897.147	974.827
Prêmios a receber	8	897.147	974.827
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	52.568	47.006
Títulos e créditos a receber		1.113.800	1.109.649
Créditos tributários e previdenciários	26b	192.789	211.271
Depósitos judiciais e fiscais	23	921.011	898.378
Custos de aquisição diferidos	19	917.801	894.506
Seguros		917.801	894.506
Investimento		828	911
Participações societárias		823	906
Outros investimentos		5	5
Imobilizado	12	78.896	79.371
Imóveis de uso próprio		695	780
Bens móveis		50.068	51.235
Outras imobilizações		28.133	27.356
Intangível	13	128.417	138.134
Outros intangíveis		128.417	138.134
Total do ativo		11.702.414	12.094.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil
 Balanços patrimoniais
 Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017
 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		5.924.908	5.948.209
Contas a pagar		593.271	596.310
Obrigações a pagar	14	86.956	100.046
Impostos e encargos sociais a recolher		11.970	13.441
Encargos trabalhistas		11.526	8.684
Impostos e contribuições	15	482.819	474.139
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.239.787	1.374.987
Prêmios a restituir		27.955	9.204
Operações com seguradoras		2.103	2.103
Operações com resseguradoras	9b	461.364	426.451
Corretores de seguros e resseguros	16	638.697	677.196
Outros débitos operacionais	17	109.668	260.033
Depósitos de terceiros	18	24.738	20.474
Provisões técnicas - seguros	19	4.067.112	3.956.438
Danos		2.121.360	1.974.744
Pessoas		1.697.090	1.735.882
Vida individual		248.662	245.812
Passivo não circulante		4.125.508	4.592.806
Provisões técnicas - seguros	19	3.427.286	3.896.841
Danos		192.855	189.453
Pessoas		3.229.689	3.706.637
Vida individual		4.742	751
Outros débitos		698.222	695.965
Provisões judiciais	23	698.222	695.965
Patrimônio líquido	24	1.651.998	1.553.805
Capital social		655.745	655.745
Reservas de lucros		131.149	887.030
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.081)	11.030
Lucros acumulados		866.185	-
Total do passivo e patrimônio líquido		11.702.414	12.094.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos líquidos	25b	3.419.881	3.159.999
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		521.757	245.363
(=) Prêmios ganhos	25a	3.941.638	3.405.362
(+) Receita com emissão de apólice		6.681	6.792
(-) Sinistros ocorridos	25c	(1.099.052)	(1.155.329)
(-) Custos de aquisição	25d	(935.586)	(856.807)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(78.507)	(245.600)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25f	(75.663)	79.571
(+) Receita com resseguro		304.973	495.201
(-) Despesa com resseguro		(380.636)	(415.630)
(-) Despesas administrativas	25g	(152.923)	(146.628)
(-) Despesas com tributos	25h	(145.443)	(102.383)
(+) Resultado financeiro	25i	164.264	240.500
(+) Receitas financeiras		224.244	312.581
(-) Despesas financeiras		(59.980)	(72.081)
(+) Resultado patrimonial		56	11
(=) Resultado operacional		1.625.465	1.225.489
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		333	(46)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		1.625.798	1.225.443
(-) Imposto de renda	26a	(299.041)	(196.470)
(-) Contribuição social	26a	(324.531)	(243.896)
(-) Participações sobre o resultado		(3.923)	(7.193)
(=) Lucro líquido do semestre		998.303	777.884
(/) Quantidade de ações		698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		1.428,67	1.113,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil
Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	998.303	777.884
Outros resultados abrangentes	(12.111)	5.486
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.019)	9.974
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	9.908	(4.488)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	986.192	783.370
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	986.192	783.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	655.745	131.149	947.931	(4.244)	-	1.730.581
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	5.486	-	5.486
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	(424.000)	-	-	(424.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	(150.100)	-	-	(150.100)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 03 de abril de 2017	-	-	(98.000)	-	-	(98.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	(128.700)	-	-	(128.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho 2017	-	-	(147.131)	-	-	(147.131)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	777.884	777.884
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	-	(21.269)	(21.269)
Saldo em 30 de junho de 2017	655.745	131.149	-	1.242	756.615	1.544.751
Saldo em 1º de janeiro de 2018	655.745	131.149	755.881	11.030	-	1.553.805
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(12.111)	-	(12.111)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 8 de janeiro de 2018	-	-	(115.600)	-	-	(115.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	-	-	(411.300)	-	-	(411.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018	-	-	(20.700)	-	-	(20.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018	-	-	(134.500)	-	-	(134.500)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	998.303	998.303
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	(58.781)	-	(132.118)	(190.899)
Saldo em 30 de junho de 2018	655.745	131.149	-	(1.081)	866.185	1.651.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil
 Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	998.303	777.884
Ajustes para:	473.605	1.131.930
Depreciação e amortizações	22.737	20.858
Variação dos custos de aquisição diferidos	(17.055)	103.449
Ativos fiscais diferidos	9.908	17.881
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(59.903)	121.628
Variações das provisões técnicas - seguros (nota 2b)	518.018	865.593
Ganhos ou perdas	(333)	46
Juros pagos sobre arrendamento	(1.605)	(1.838)
Outros ajustes	1.838	4.313
Variação nas contas patrimoniais:	23.822	(281.356)
Aplicações	602.288	559.616
Créditos das operações de seguros e resseguros	(78.210)	(113.756)
Ativos de resseguro e retrocessão	(126.979)	(68.838)
Créditos tributários e previdenciários	8.169	(61.176)
Despesas antecipadas	(1.576)	(3.466)
Outros ativos	51.323	20.931
Depósitos judiciais e fiscais	(22.633)	(24.430)
Impostos e contribuições	620.848	486.181
Obrigações a pagar	(13.090)	(56.366)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(135.200)	(97.587)
Depósitos de terceiros	4.264	45.675
Provisões técnicas - seguros (nota 2b)	(876.899)	(1.000.289)
Provisões judiciais	2.257	24.119
Outros passivos	1.371	2.544
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	(12.111)	5.486
Caixa gerado pelas operações	1.495.730	1.628.412
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(221.187)	(245.974)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(390.981)	(390.390)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	883.562	992.094
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	83	18
Investimentos	83	18
Imobilizado	-	-
Intangível	-	-
Pagamento pela compra:	(14.050)	(26.067)
Imobilizado	(3.656)	(9.017)
Intangível	(10.394)	(17.050)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(13.967)	(26.049)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(887.999)	(969.200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(887.999)	(969.200)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(18.404)	(3.155)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	31.702	15.098
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	13.298	11.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante designada por “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como “BB”) e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE foi constituído pela parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A e MAPFRE BB SH2 Participações S.A..

Conforme fato relevante divulgado em 26.06.2018, a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do acordo de reestruturação da parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, que prevê os seguintes movimentos societários:

i) Cisão parcial da BB MAPFRE SH1 (“SH1”) mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da MAPFRE Vida S.A. a ser incorporado pela MAPFRE BB SH2 (“SH2”);

ii) Cisão parcial desproporcional da SH2 mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A. (“ABS”) a ser incorporado pela SH1, sendo que após a sua transferência a SH1, a ABS deverá se abster de efetuar renovações e contratar novos negócios no segmento de grandes riscos, permanecendo titular apenas da carteira em run-off.

O fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis, quando só então todos os pontos citados produzirão efeitos.

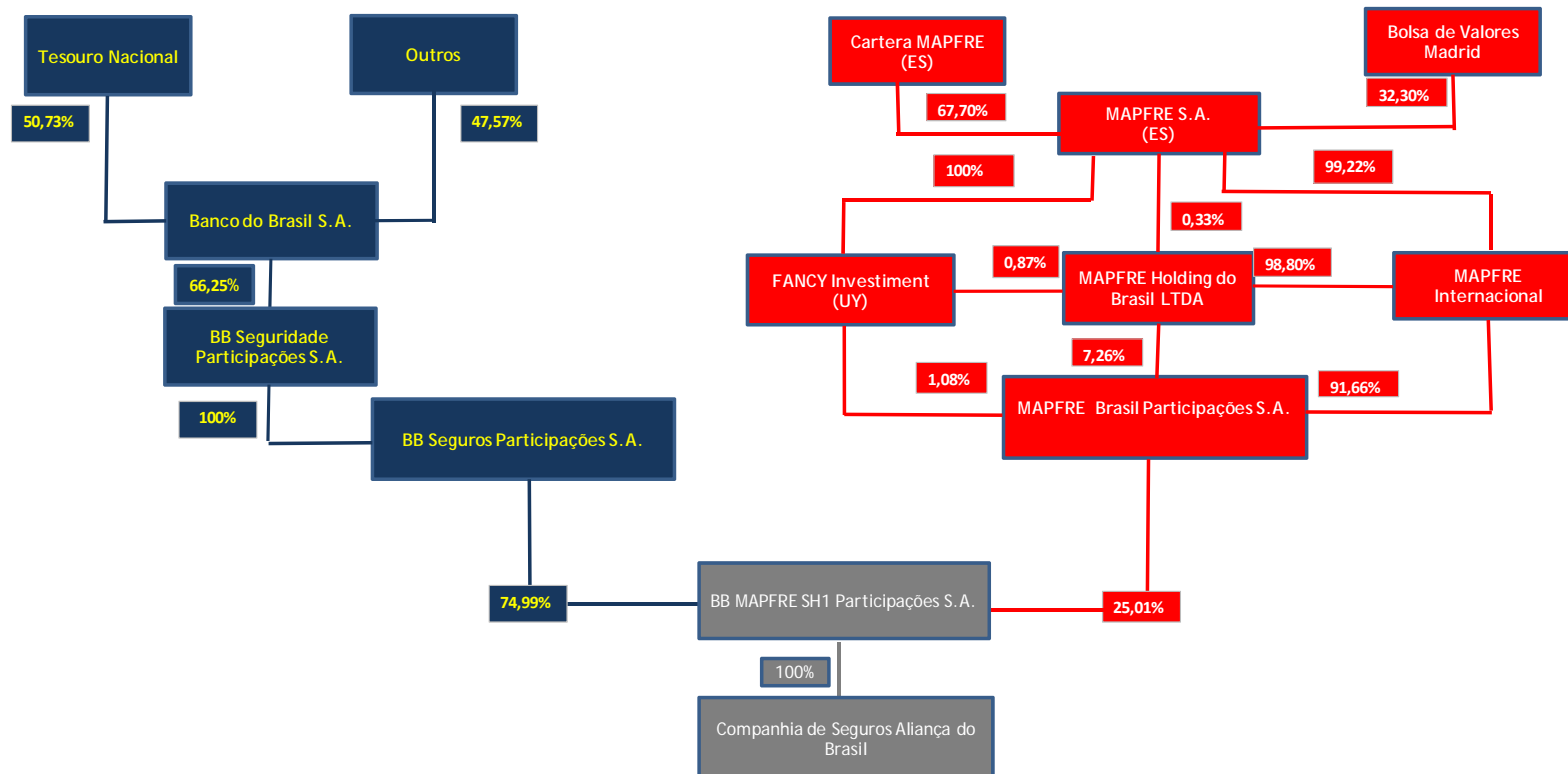
Em 30 de junho de 2018 o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2018.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2017, a Companhia reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas demonstrações dos fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

c) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro;
- Notas 3l, 3m, 19, 20 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Notas 3r e 25j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 6 - Aplicações;
- Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável);
- Nota 23 - Provisões judiciais; e
- Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar.

e) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante.

f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva do IFRS 9.

CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Aplicações e instrumentos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

iv. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Crédito das operações com seguros e resseguros”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado.

d) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Operações de seguros e resseguros

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR), conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, baseada em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento. A aplicação dos percentuais é feita nos agings de prêmios vencidos e, conforme orientação da SUSEP na Circular 544/2016, a metodologia faz tratamento para as parcelas vincendas de um devedor em atraso. A referida RVR de prêmios a receber diretos é líquida de

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

comissões, comissão de estipulante, remuneração de agência, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para o prêmios a receber vencidos e não pagos.

O referido estudo foi adotado a partir de junho de 2018, e anteriormente a esta data, a Companhia, utilizava-se dos critérios de apuração da redução ao valor recuperável determinados na Circular SUSEP 544/2016. A mudança da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável, não teve impacto significativo para as demonstrações financeiras.

A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

e) Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 12 meses.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados à equipamentos de informática e mobiliário com diversas empresas, com prazos de 36 e 60 meses.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgado na nota explicativa nº 12.

g) Ativos intangíveis

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 13.

As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

h) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

i) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "*pro rata-die*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

j) Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

k) Resseguro

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados.

Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade “proporcional” e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade “não proporcional”.

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d *ii*.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

I) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

m) Teste de adequação dos passivos (TAP)

A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dada as características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2015), resultando na sinistralidade de 36,7% para a Companhia.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR.

Com a publicação da Circular SUSEP nº 543/16, torna-se obrigatória a compensação dos resultados parciais dentro das segregações de prêmios registrados e prêmios não registrados. Além disso, se o valor apurado para PCC (provisão complementar de cobertura) for positivo, deverá ser deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantidas até o vencimento", até o limite do valor apurado para PCC ("Mais Valia"). O prazo estabelecido para adaptação à Circular SUSEP nº 543/16 é até 31 de dezembro de 2018, a Administração decidiu pela antecipação do requerimento, e em junho de 2018 aplicou a compensação dos resultados de produtos deficitários com superavitários dentro do mesmo agrupamento de cálculo.

Em junho de 2018, foi realizada a compensação dos resultados parciais dentro das segregações prevista na norma, sendo ainda considerado no cálculo do TAP, horizonte temporal de um ano para o produto OVR (Ouro Vida Revisado) conforme prazo de vigência da apólice e avaliações da Companhia, o que resultou na reversão integral do valor da PCC que era constituída especificamente para esse produto.

n) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

o) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

p) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente.

q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Arrendamento

No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil.

Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial.

Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no semestre e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

t) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “*Value at Risk*” (*VaR*), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês:

- **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO.
- **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras intermediárias à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e conseqüentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Concentração de riscos

As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)								Líquido de resseguro (**)							
	30/06/2018								30/06/2018							
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	332.364	10%	443.375	13%	17.826	1%	793.565	24%	332.365	11%	271.071	9%	17.529	1%	620.965	21%
Nordeste	363.601	11%	101.120	3%	25.414	1%	490.135	15%	363.602	12%	72.462	2%	24.778	1%	460.842	15%
Norte	108.221	3%	61.742	2%	6.322	0%	176.285	5%	108.221	4%	48.308	2%	5.982	0%	162.511	6%
Sudeste	741.813	22%	302.525	9%	56.759	1%	1.101.097	32%	734.271	25%	242.064	8%	58.140	2%	1.034.475	35%
Sul	351.711	10%	434.774	13%	24.556	1%	811.041	24%	351.712	12%	300.016	10%	24.342	1%	676.070	23%
Total	1.897.710	56%	1.343.536	40%	130.877	4%	3.372.123	100%	1.890.171	64%	933.921	31%	130.771	5%	2.954.863	100%

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)								Líquido de resseguro (**)							
	30/06/2017								30/06/2017							
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	299.117	10%	407.146	13%	16.635	1%	722.898	24%	299.042	12%	245.990	9%	15.296	1%	560.328	22%
Nordeste	316.394	10%	92.089	3%	21.496	1%	429.979	14%	316.322	11%	65.015	3%	19.611	1%	400.948	15%
Norte	97.182	3%	52.630	2%	5.789	0%	155.601	5%	97.164	4%	41.258	2%	5.297	0%	143.719	6%
Sudeste	601.331	20%	275.104	9%	52.635	2%	929.070	31%	598.711	23%	212.804	8%	47.105	2%	858.620	33%
Sul	322.398	10%	440.183	15%	22.371	1%	784.952	26%	322.315	12%	292.390	11%	20.429	1%	635.134	24%
Total	1.636.422	53%	1.267.152	42%	118.926	5%	3.022.500	100%	1.633.554	62%	857.457	33%	107.738	5%	2.598.749	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ (11.376) e R\$ 59.134 (R\$ 60.434 e R\$ 77.065 em 30 de junho de 2017).

(**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 573 (R\$ (18.717) em 30 de junho de 2017).

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

a) Provisões técnicas

- i. Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso.
- ii. Provisão Complementar de Cobertura (PCC) (a2): para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas:

Tábua de mortalidade	Aumento de 5%
Taxa de desconto	Redução de 1%

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Total	Sensibilidade	30/06/2018
			Impacto no resultado / PL (bruto de impostos)
a. Provisões técnicas		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(16.991)
a1. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(16.991)
a2. PCC	Aumento	Agravo de 5% na tábua de mortalidade	-
	Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	-
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(77.743)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos massificados.

Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating(*)	30/06/2018			30/06/2017		
	Local	Admitida	Total	Local	Admitida	Total
A	-	69.766	69.766	3.683	79.655	83.338
A-	347.492	-	347.492	340.413	-	340.413
AA-	2	-	2	-	-	-
Total	347.494	69.766	417.260	344.096	79.655	423.751

(*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 573 (R\$ (18.717) em 30 de junho de 2017).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

								30/06/2018
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	CCC	Total
Títulos de renda fixa públicos(*)	4.974.689	-	-	-	-	-	-	4.974.689
Debêntures	59.799	5.424	12.305	46.639	1.006	-	6.396	131.569
Letras financeiras	2.005	-	5.235	132.825	-	13.211	-	153.276
Total	5.036.493	5.424	17.540	179.464	1.006	13.211	6.396	5.259.534

								31/12/2017
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	CCC	Total
Títulos de renda fixa públicos(*)	5.586.542	-	-	-	-	-	-	5.586.542
Debêntures	43.497	6.729	-	57.823	1.245	-	6.121	115.415
Notas promissórias	2.405	-	5.044	125.112	-	12.727	-	145.288
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	15.060	-	-	-	-	-	-	15.060
Total	5.647.504	6.729	5.044	182.935	1.245	12.727	6.121	5.862.305

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 1.910.097 (R\$ 2.794.969 em 31 de dezembro de 2017) com lastro em títulos públicos.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress*, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente.

Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	30/06/2018			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	3.208	-	-	3.208
Equivalentes de caixa	10.090	-	-	10.090
Aplicações (*)	2.761.623	1.898.222	279.082	4.938.927
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.636.642	897.147	-	2.533.789
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	346.492	257.613	73.603	677.708
Outros créditos operacionais	143.845	-	-	143.845
Títulos e créditos a receber (**)	53.270	-	-	53.270
Outros valores e bens	333	-	-	333
Despesas antecipadas	13.647	-	-	13.647
Custos de aquisição diferidos	718.278	917.801	-	1.636.079
Total do ativo	5.687.428	3.970.783	352.685	10.010.896
Provisões técnicas (*)/(**)	3.576.750	2.851.217	746.082	7.174.049
Contas a pagar	593.271	-	-	593.271
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.239.787	-	-	1.239.787
Depósitos de terceiros	24.738	-	-	24.738
Total do passivo	5.434.546	2.851.217	746.082	9.031.845

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

31/12/2017

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	142	-	-	142
Equivalentes de caixa	31.560	-	-	31.560
Aplicações (*)	3.461.922	1.635.088	434.788	5.531.798
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.420.331	974.827	-	2.395.158
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	229.672	278.491	42.565	550.728
Outros créditos operacionais	190.640	-	-	190.640
Títulos e créditos a receber (**)	57.715	-	-	57.715
Outros valores e bens	452	-	-	452
Despesas antecipadas	10.466	-	-	10.466
Custos de aquisição diferidos	724.518	894.506	-	1.619.024
Total do ativo	6.127.418	3.782.912	477.353	10.387.683
Provisões técnicas (*)/(**)	2.794.302	3.625.943	1.102.746	7.522.991
Contas a pagar	596.310	-	-	596.310
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.374.987	-	-	1.374.987
Depósitos de terceiros	20.474	-	-	20.474
Total do passivo	4.786.073	3.625.943	1.102.746	9.514.762

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 320.607 (R\$ 330.507 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 320.349 (R\$ 330.288 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração.

(**) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e provisões judiciais, respectivamente, no valor de R\$ 921.011 (R\$ 898.378 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 698.222 (R\$ 695.965 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 241.759 (R\$ 259.836 em 31 de dezembro de 2017) também não foram classificados no quadro acima.

(***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada no padrão de pagamento.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	30/06/2018	
	VaR	Patrimônio
Liquidez	-	2.015.762
Rentabilidade	6	368.794

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,938 anos (2,21 em 31 de dezembro de 2017) frente a um patrimônio de R\$ 3.210.533 (2.777.000 em 31 de dezembro de 2017) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade a taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Do total de R\$ 5.259.534 (R\$ 5.862.305 em 31 de dezembro de 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 320.607 (R\$ 330.507 em 31 de dezembro de 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 4.938.927 (R\$ 5.531.798 em 31 de dezembro de 2017).

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	30/06/2018
	<u>Impacto no patrimônio líquido/(bruto de impostos)</u>
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(147.308)
b) Redução de taxas	154.048

Parâmetro: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles:

- exigências para segregação adequada de funções;
- exigências para o monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- desenvolvimento do Banco de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN);
- treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis	
Patrimônio líquido	1.651.998
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(823)
Despesas antecipadas	(13.647)
Ativos intangíveis	(128.417)
Obras de arte	(5)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	1.509.106
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.723
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	-
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	16.186
Ajustes econômicos (b)	23.909
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	779.515
Capital de risco de subscrição	672.401
Capital de risco de crédito	115.194
Capital de risco operacional	26.546
Capital de risco de mercado	53.865
Correlação entre os riscos	(88.491)
Capital mínimo requerido (c)	779.515
Suficiência de capital (d = a + b - c)	753.500
Suficiência de capital (d / c)	97%
Índice de Solvência [e = (a + b) / c]	1,97

As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta liquidez como segue:

Capital de risco (a)	779.515
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016- 20% sobre CR	155.903
Ativos livres - nota explicativa nº 21 (b)	849.416
Índice de liquidez em 30 de junho de 2018 (b/a)	108,97%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Banco	3.208	142
Equivalentes de caixa	10.090	31.560
Total de caixa e equivalentes de caixa	13.298	31.702

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Títulos	Hierarquia de valor justo	Vencimento				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho / perda não realizada	30/06/2018	%	31/12/2017	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		1.990.323	70.017	8.098	317.417	2.385.855	2.384.938	2.385.855	917	2.385.855	45%	3.345.835	57%
Fundos de investimentos		1.990.323	70.017	8.098	317.417	2.385.855	2.384.938	2.385.855	917	2.385.855	100%	3.330.775	100%
	2	14.926	21.550	8.098	-	44.574	44.352	44.574	222	44.574	2%	-	0%
	2	-	6.534	-	-	6.534	6.530	6.534	4	6.534	0%	-	0%
	2	-	-	-	320.607	320.607	320.607	320.607	-	320.607	13%	330.507	10%
	1	-	20.471	-	-	20.471	20.475	20.471	(4)	20.471	1%	22.691	1%
	1	65.302	21.466	-	-	86.768	86.073	86.768	695	86.768	4%	182.632	5%
	1	1.910.097	-	-	-	1.910.097	1.910.097	1.910.097	-	1.910.097	80%	2.794.969	84%
	1	-	-	-	(3.190)	(3.190)	(3.190)	(3.190)	-	(3.190)	0%	(16)	0%
	1	(2)	(4)	-	-	(6)	(6)	(6)	-	(6)	0%	(8)	0%
Carteira administrada												15.060	0%
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.060	100%
Ativos financeiros disponíveis para venda		252.728	1.030.979	270.984	-	1.554.691	1.556.656	1.554.691	(1.965)	1.554.691	30%	1.198.816	20%
Carteira administrada		252.728	1.030.979	270.984	-	1.554.691	1.556.656	1.554.691	(1.965)	1.554.691	100%	1.198.816	100%
	1	199.149	104.535	270.984	-	574.668	570.008	574.668	4.660	574.668	37%	573.214	48%
	1	-	95.803	-	-	95.803	97.934	95.803	(2.131)	95.803	6%	-	0%
	1	-	260.955	-	-	260.955	261.051	260.955	(96)	260.955	17%	252.944	21%
	1	-	389.528	-	-	389.528	394.619	389.528	(5.091)	389.528	25%	111.955	9%
	2	37.137	49.858	-	-	86.995	86.698	86.995	297	86.995	6%	115.415	10%
	2	16.442	130.300	-	-	146.742	146.346	146.742	396	146.742	9%	145.288	12%
Ativos mantidos até o vencimento		521.762	797.226	-	-	1.318.988	1.318.989	1.333.031	14.042	1.318.988	25%	1.317.654	23%
Fundo de investimento		521.762	797.226	-	-	1.318.988	1.318.989	1.333.031	14.042	1.318.988	100%	1.317.654	100%
	1	490.519	644.037	-	-	1.134.556	1.134.557	1.146.830	12.273	1.134.556	86%	1.112.658	84%
	1	31.243	153.189	-	-	184.432	184.432	186.201	1.769	184.432	14%	204.996	16%
Total		2.764.813	1.898.222	279.082	317.417	5.259.534	5.260.583	5.273.577	12.994	5.259.534	100%	5.862.305	100%

*Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM).

Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2018		31/12/2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	11,88%	8,05%	11,88%	9,47%
LTN	13,11%	7,05%	13,31%	8,14%
NTN-B	IPCA + 7,71%	IPCA + 2,79%	IPCA + 7,71%	IPCA + 2,79%
LFT	100% SELIC	100% SELIC	13,82%	13,40%
Debênture	111,50% do CDI	104,25% do CDI	111,50% do CDI	104,25% do CDI
Debênture	IPCA + 5,30% a.a.	IPCA + 5,30% a.a.	IPCA + 5,39%a.a.	IPCA + 5,39%a.a.
Debênture	CDI + 1,20% a.a.	CDI + 0,35 a.a.	CDI + 1,15%a.a.	CDI + 1,15%a.a.
Letra financeira	107,50% do CDI	102,75% do CDI	107,50% do CDI	102,75% do CDI

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

e) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 30/06/2018
Valor justo por meio do resultado	3.345.835	2.210.851	(3.262.661)	-	-	91.830	2.385.855
Disponíveis para venda	1.198.816	374.359	(51.841)	(22.019)	(483)	55.859	1.554.691
Mantidos até o vencimento	1.317.654	-	(59.104)	-	-	60.438	1.318.988
Total	5.862.305	2.585.210	(3.373.606)	(22.019)	(483)	208.127	5.259.534
	Saldo em 31/12/2016	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 30/06/2017
Valor justo por meio do resultado	3.020.162	2.375.764	(2.832.041)	-	-	163.446	2.727.331
Disponíveis para venda	1.146.115	131.066	(324.967)	9.974	(722)	60.266	1.021.732
Mantidos até o vencimento	1.499.083	-	(200.333)	-	-	57.209	1.355.959
Total	5.665.360	2.506.830	(3.357.341)	9.974	(722)	280.921	5.105.022

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2018 a Companhia possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

30/06/2018					
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber / pagar	Vencimento
DI FUT (LTN)	(500)	50.000	49.988	-	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(242)	24.186	21.440	(4)	Acima 360 dias
DI FUT (LTN)	(161)	16.124	15.306	(2)	Até 360 dias
Total	(903)	90.310	86.734	(6)	
31/12/2017					
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber / pagar	Vencimento
DI FUT (LTN)	(850)	85.000	84.955	-	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(500)	50.000	48.414	(4)	Entre 180 e 360 dias
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	8.058	-	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	7.403	(2)	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(36)	3.628	3.105	(2)	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(4)	403	377	-	Entre 180 e 360 dias
Total	(1.552)	155.155	152.312	(8)	

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	30/06/2018			31/12/2017		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Prestamista	1.315.690	(4.801)	1.310.889	1.461.348	(19.145)	1.442.203
Vida individual	194.045	(2.549)	191.496	189.322	(6.815)	182.507
Seguro de vida do produtor rural	167.791	(769)	167.022	155.583	(1.216)	154.367
Vida em grupo	145.870	(6.325)	139.545	151.396	(12.086)	139.310
Seguro agrícola com cobertura do FESR	173.764	(7.235)	166.529	100.952	(5.657)	95.295
Demais ramos	335.315	(8.589)	326.726	258.984	(15.752)	243.232
Total	2.332.475	(30.268)	2.302.207	2.317.585	(60.671)	2.256.914

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3d ii

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

b) Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	2.256.914	2.522.803
(+) Prêmios emitidos	4.534.790	4.348.744
(+) IOF	(808)	(1.208)
(+) Adicional de fracionamento	336	143
(-) Prêmios cancelados	(1.082.148)	(1.216.447)
(-) Recebimentos	(3.437.280)	(3.292.501)
(Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável	30.403	(36.002)
Saldo final	2.302.207	2.325.532

c) Composição por prazo de vencimento

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer até 30 dias	651.927	580.877
A vencer de 31 a 60 dias	174.194	106.911
A vencer de 61 a 120 dias	125.593	127.043
A vencer de 121 a 180 dias	104.460	115.220
A vencer de 181 a 365 dias	223.917	229.346
A vencer acima de 365 dias	895.433	967.384
Total a vencer	2.175.524	2.126.781
Vencidos até 30 dias	92.052	109.810
Vencidos de 31 a 60 dias	28.503	14.371
Vencidos de 61 a 120 dias	4.144	5.028
Vencidos de 121 a 180 dias	833	419
Vencidos de 181 a 365 dias	968	304
Vencidos acima de 365 dias	183	201
Total vencidos	126.683	130.133
Total	2.302.207	2.256.914

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO**a) Ativo**

	30/06/2018	31/12/2017
Recuperação de sinistros	217.149	138.868
Outros créditos com ressegurador	11.469	10.428
Redução ao valor recuperável	(2.161)	(11.348)
Total	226.457	137.948

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	390.073	352.981
Provisão de sinistros a liquidar - PSL / IBNeR	219.437	127.725
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	39.486	40.771
Risco vigente não emitido - RVNE	25.451	26.216
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.261	3.035
Total	677.708	550.728

b) Passivo

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios cedidos	611.241	566.939
Comissão a recuperar	(149.877)	(140.488)
Total	461.364	426.451

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	30/06/2018			30/06/2017		
	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção
Pessoas	1.897.710	7.539	99,60%	1.636.422	2.868	99,82%
Rural	1.343.536	409.615	69,51%	1.267.152	409.695	67,67%
Outros	130.877	106	99,92%	118.926	11.188	90,59%
Total	3.372.123	417.260	87,63%	3.022.500	423.751	85,98%

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ (11.376) e R\$ 59.134 respectivamente (R\$ 60.434 e R\$ 77.065 em 30 de junho de 2017).

(**) Não inclui RVNE no valor de R\$ 573 (R\$ (18.717) em 30 de junho de 2017).

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros e processamento de prêmios aguardando a compensação bancária, para a devida baixa respectivamente na provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 89.767 (R\$ 112.659 em 31 de dezembro de 2017), e créditos bancários recebidos no início do mês subsequente no montante de R\$ 53.694 (R\$ 75.588 em 31 de dezembro de 2017).

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber é composto, substancialmente, por valores relativos ao subsídio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no montante de R\$ 17.563 (R\$ 18.129 em 31 de dezembro de 2017), compartilhamento de despesas no montante de R\$ 1.797 (R\$ 535 em 31 de dezembro de 2017) e outros créditos no montante de R\$ 14.585 (R\$ 15.848 em 31 de dezembro de 2017).

b) Outros créditos é composto principalmente, por bloqueios judiciais de sinistros no valor de R\$ 15.009 (R\$ 15.212 em 31 de dezembro de 2017).

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	780	-	-	(85)	695
Equipamentos	20%	27.014	4.234	(127)	(4.228)	26.893
Móveis, máquinas e utensílios	10%	22.874	1.553	(55)	(2.607)	21.765
Veículos	20%	1.347	305	(35)	(208)	1.409
Outras imobilizações	5,26%	27.356	204	(93)	667	28.134
Total		79.371	6.296	(310)	(6.461)	78.896
	Taxa anual	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2017
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	951	-	-	(85)	866
Equipamentos	20%	26.866	7.606	(9)	(3.652)	30.811
Móveis, máquinas e utensílios	10%	9.437	885	(4)	(570)	9.748
Veículos	20%	961	309	(179)	(153)	938
Outras imobilizações	5,26%	47.826	217	(285)	(3.705)	44.053
Total		86.041	9.017	(477)	(8.165)	86.416

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2018
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	138.134	10.394	(3.835)	(16.276)	128.417

	Taxa anual	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2017
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	140.502	17.050	(3.882)	(12.693)	140.977

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	55.815	71.941
Despesas compartilhadas a pagar (nota explicativa nº 27)	4.268	9.733
Participações nos lucros a pagar	5.800	11.095
Honorários e remunerações	4.479	909
Outras obrigações	16.594	6.368
Total	86.956	100.046

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda	282.740	332.179
Antecipação de imposto de renda	(92.532)	(203.578)
Contribuição social	311.151	468.750
Antecipação de contribuição social	(64.262)	(142.030)
COFINS	39.272	16.187
PIS/PASEP	6.382	2.630
Outros	68	1
Total	482.819	474.139

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Está representado, principalmente, pela provisão do FESR - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, no montante de R\$ 133.127 (R\$ 231.958 em 31 de dezembro de 2017).

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Companhia.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	30/06/2018								
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Saldo no início do período	5.370.586	462	1.351.893	(142.182)	613.414	43.751	4.466	610.889	7.853.279
Constituições	3.284.559	-	-	1.522	7.652	4.093	95	-	3.297.921
Diferimento pelo risco decorrido	(3.198.546)	-	-	-	-	-	-	-	(3.198.546)
Aviso de sinistros	-	-	1.317.792	-	-	-	-	-	1.317.792
Pagamento de sinistros	-	-	(871.877)	-	-	(5.021)	-	-	(876.898)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(313.087)	-	-	-	-	-	(313.087)
Atualização monetária e juros	-	-	23.406	-	-	1.420	-	-	24.826
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	(610.889)	(610.889)
Saldo no final do período	5.456.599	462	1.508.127	(140.660)	621.066	44.243	4.561	-	7.494.398

	30/06/2017								
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Saldo no início do período	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317	541.777	7.664.120
Constituições	2.951.296	-	-	12.170	45.623	14.993	-	44.635	3.068.717
Diferimento pelo risco decorrido	(3.236.857)	-	-	-	-	-	-	-	(3.236.857)
Aviso de sinistros	-	-	1.396.798	-	-	-	-	-	1.396.798
Pagamento de sinistros	-	-	(997.221)	-	-	(3.068)	-	-	(1.000.289)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(374.774)	-	-	-	-	-	(374.774)
Atualização monetária e juros	-	-	17.552	-	-	-	-	-	17.552
Reversões	-	-	-	-	-	-	(5.843)	-	(5.843)
Saldo no final do período	5.007.243	463	1.419.494	(142.186)	601.457	41.067	15.474	586.412	7.529.424

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

30/06/2018

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Provisões técnicas - resseguros								
Saldo no início do período	379.195	-	146.087	(18.361)	40.772	3.035	-	550.728
Constituições	381.012	-	-	1.792	-	18	-	382.822
Diferimento pelo risco decorrido	(344.683)	-	-	-	-	-	-	(344.683)
Aviso de sinistros	-	-	478.386	-	-	-	-	478.386
Pagamento de sinistros	-	-	(109.988)	-	-	-	-	(109.988)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(279.372)	-	-	-	-	(279.372)
Atualização monetária e juros	-	-	893	-	-	208	-	1.101
Reversões	-	-	-	-	(1.286)	-	-	(1.286)
Saldo no final do período	415.524	-	236.006	(16.569)	39.486	3.261	-	677.708

30/06/2017

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Provisões técnicas - resseguros								
Saldo no início do período	359.793	-	123.170	(24.764)	40.502	2.139	14.808	515.648
Constituições	381.075	-	-	6.076	-	814	-	387.965
Diferimento pelo risco decorrido	(348.035)	-	-	-	-	-	-	(348.035)
Aviso de sinistros	-	-	549.269	-	-	-	-	549.269
Pagamento de sinistros	-	-	(202.341)	-	-	-	-	(202.341)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(310.162)	-	-	-	-	(310.162)
Atualização monetária e juros	-	-	(1.741)	-	-	-	-	(1.741)
Reversões	-	-	-	-	(522)	-	(5.595)	(6.117)
Saldo no final do período	392.833	-	158.195	(18.688)	39.980	2.953	9.213	584.486

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial líquido de resseguro no montante de R\$ 628.534 (R\$ 619.388 em 30 de junho de 2017).

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Custos de aquisição diferidos	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	1.619.024	1.593.280
Constituições/diferimento	17.055	(103.449)
Saldo no final do semestre	1.636.079	1.489.831

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia.

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	5.827.514	1.652.505	1.806.927	2.496.291	1.991.545	1.091.362	1.091.362
Um ano após o aviso	5.285.358	1.498.331	1.700.947	2.355.254	1.888.626		1.888.626
Dois anos após o aviso	5.362.882	1.522.654	1.699.624	2.365.400			2.365.400
Três anos após o aviso	5.478.296	1.531.455	1.712.459				1.712.459
Quatro anos após o aviso	5.562.481	1.541.968					1.541.968
Cinco anos ou mais após o aviso	5.650.803						5.650.803
Estimativa de sinistros incorridos em 30.06.2018	5.650.803	1.541.968	1.712.459	2.365.400	1.888.626	1.091.362	14.250.618
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	5.205.884	1.455.077	1.638.173	2.257.687	1.683.395	496.734	12.736.950
Provisão de sinistros a liquidar no semestre de análise	444.919	86.891	74.286	107.713	205.231	594.628	1.513.668
Provisão agregada de sinistros em 30.06.2018 (*)							198.757
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)							1.712.425
Provisões DPVAT							320.349
Retrocessão							2
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							2.032.776

Montante de sinistros pagos

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	3.677.064	1.027.328	1.188.065	1.869.717	1.396.610	496.734	496.734
Um ano após o aviso	4.821.849	1.415.117	1.601.648	2.243.686	1.683.395		1.683.395
Dois anos após o aviso	4.978.108	1.433.940	1.619.142	2.257.687			2.257.687
Três anos após o aviso	5.091.832	1.448.184	1.638.173				1.638.173
Quatro anos após o aviso	5.151.724	1.455.077					1.455.077
Cinco anos ou mais após o aviso	5.205.884						5.205.884
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	5.205.884	1.455.077	1.638.173	2.257.687	1.683.395	496.734	12.736.950

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	5.045.125	1.549.949	1.659.707	1.859.410	1.589.545	913.513	913.513
Um ano após o aviso	4.559.851	1.199.777	1.246.332	1.508.394	1.479.991		1.479.991
Dois anos após o aviso	4.572.063	1.124.042	1.207.824	1.502.278			1.502.278
Três anos após o aviso	4.592.272	1.137.757	1.219.612				1.219.612
Quatro anos após o aviso	4.655.693	1.146.205					1.146.205
Cinco anos ou mais após o aviso	4.738.197						4.738.197
Estimativa de sinistros incorridos em 30.06.2018	4.738.197	1.146.205	1.219.612	1.502.278	1.479.991	913.513	10.999.796
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	4.313.346	1.066.087	1.150.593	1.401.079	1.297.556	496.734	9.725.395
Provisão de sinistros a liquidar no semestre de análise	424.851	80.118	69.019	101.199	182.435	416.779	1.274.401
Provisão agregada de sinistros em 30.06.2018 (*)							175.840
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)							1.450.241
Provisões DPVAT							320.349
Retrocessão							2
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							1.770.592

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						Total
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	3.162.007	1.027.363	1.188.584	1.320.165	1.102.704	496.734	496.734
Um ano após o aviso	4.115.731	1.121.958	1.152.127	1.401.511	1.297.556		1.297.556
Dois anos após o aviso	4.203.913	1.040.949	1.132.314	1.401.079			1.401.079
Três anos após o aviso	4.224.464	1.059.657	1.150.593				1.150.593
Quatro anos após o aviso	4.263.583	1.066.087					1.066.087
Cinco anos ou mais após o aviso	4.313.346						4.313.346
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	4.313.346	1.066.087	1.150.593	1.401.079	1.297.556	496.734	9.725.395

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	7.494.398	7.853.279
Parcela correspondente a resseguros contratados	(262.184)	(171.532)
Direitos creditórios	(1.751.755)	(1.700.401)
DPVAT	(320.349)	(330.288)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(1.105.736)	(1.052.570)
Total a ser coberto	4.054.374	4.598.488
Quotas e fundos de investimentos	3.349.100	4.298.910
Títulos de renda fixa - públicos	1.320.953	938.113
Títulos de renda fixa - privados	233.737	260.703
Bens oferecidos em cobertura	4.903.790	5.497.726
Ativos livres	849.416	899.238

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)
Provável	1.815	112.990	262.705	1.782	109.114	250.118
Possível	5.630	469.318	365.829	5.663	446.184	336.914
Remota	1.043	70.774	-	904	59.179	-
Total	8.488	653.082	628.534	8.349	614.477	587.032

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	30/06/2018		31/12/2017	
	Quantidade	PSL Judicial (*)	Quantidade	PSL Judicial (*)
De 1997 a 2000	98	26.532	100	25.197
De 2001 a 2005	721	133.043	738	129.914
De 2006 a 2010	1.054	113.721	1.118	116.364
De 2011 a 2015	3.257	191.594	3.600	201.770
De 2016 a 2018	3.358	163.644	2.793	113.787
Total	8.488	628.534	8.349	587.032

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

Prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 64 meses.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	30/06/2018		30/06/2017	
	Seguros	Resseguro	Seguros	Resseguro
Saldo inicial	624.577	37.545	633.079	34.739
Total pago	(49.645)	(4.041)	(25.815)	-
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas	36.444	3.446	15.810	1.050
Quantidade de ações pagas	412	42	356	-
Novas constituições no semestre	94.581	11.625	53.337	3.704
Quantidade de ações referentes a novas constituições do semestre	1.569	100	731	67
Novas constituições referentes a citações do semestre corrente	37.734	7.347	25.310	2.609
Novas constituições referentes a citações de períodos anteriores	56.847	4.278	28.027	1.094
Baixa da provisão por êxito	(25.682)	(226)	(11.333)	(1.597)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	3.639	(2.499)	(14.964)	(1.338)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	24.560	1.092	18.851	(1.741)
Saldo final	672.030	43.496	653.155	33.767

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fiscal	625.226	617.198	662.929	671.732
COFINS	590.477	582.752	615.582	624.960
PIS	12.867	12.756	15.463	15.330
CSLL	14.061	13.942	14.287	14.166
IRPJ	7.821	7.748	7.808	7.735
Outros	-	-	9.789	9.541
Trabalhista	706	546	-	5
Cível	72.290	78.221	10.712	10.343
Outros	-	-	47.843	45.931
Total	698.222	695.965	721.484	728.011

(*)Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 199.527 (R\$ 170.367 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 30 de junho de 2018:

PIS/COFINS

A Companhia discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS.

Sobre a COFINS, aguarda-se julgamento de Recursos Especial e Extraordinário, possui decisão proferida em Medida Cautelar junto ao STF, obtendo garantia de suspensão da exigibilidade. A partir de maio de 2009, passou a recolher o tributo em discussão, considerando a base de prêmio de seguros. A probabilidade de perda é classificada como provável. Quanto às receitas excedentes, os valores não são tributados e provisionados, a probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a III.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Quanto ao PIS, possui decisão parcialmente favorável em primeira instância, autorizando o não recolhimento sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Aguarda-se julgamento de recurso extraordinário e agravo de despacho denegatório de recurso especial. Recolheu o tributo sobre a totalidade de suas receitas até agosto de 2006, quando obteve decisão judicial para suspender a exigibilidade e a partir de maio de 2009 recolhe o tributo sobre a base de prêmios de seguros. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V.

A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros, o que discute-se judicialmente. Aguarda-se julgamento de apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Vlr do Risco	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
(I)	COFINS Receita Prêmio lei 9.718/98	05/99 a 05/09	PROVÁVEL	590.477	582.752	594.626	588.943	590.477	582.752
(II)	COFINS Receita Financeira lei 9.718/98	05/99 a 05/09	POSSÍVEL	-	-	20.956	36.017	115.362	113.862
(III)	COFINS Receita Financeira lei 9.718/98	06/09 a 12/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	88.537	86.894
(IV)	PIS Receita Financeira lei 9.718/98	05/99 a 05/09	POSSÍVEL	-	-	-	-	6.063	5.970
(V)	PIS Receita Financeira lei 9.718/98	06/09 a 12/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	14.356	14.093
(VI)	COFINS Receita Financeira lei 12.973/14	01/15 a 06/18	POSSÍVEL	-	-	-	-	108.022	70.414
(VII)	PIS Receita Financeira lei 12.973/14	01/15 a 06/18	POSSÍVEL	-	-	-	-	17.554	14.872
			Total Risco provável	590.477	582.752	594.626	588.943	590.477	582.752
			Total Risco possível	-	-	20.956	36.017	349.894	306.105
						Total Geral		940.371	888.857

Demais processos:

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Vlr do Risco	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
(1)	PIS EC 17/97	03/98 a 01/99	POSSÍVEL	12.867	12.756	15.463	15.330	12.867	12.756
(2)	IRPJ Dedutibilidade da CSII	1997 a 2000	PROVÁVEL	7.821	7.748	7.808	7.735	7.821	7.748
(3)	IRPJ Multa	01/2002	POSSÍVEL	-	-	217	215	217	215
(4)	CSLL leis 9.249/05 e 9.316/06	-	PROVÁVEL	14.061	13.942	14.287	14.166	14.061	13.942
(5)	INSS s/ PLR	-	POSSÍVEL	-	-	9.572	9.326	7.522	7.612
(6)	IRPJ e CSLL s/ JCP	-	POSSÍVEL	-	-	-	-	60.632	48.703
			Total Risco provável	21.882	21.690	22.095	21.901	21.882	21.690
			Total Risco possível	12.867	12.756	25.252	24.871	81.238	69.286
						Total Geral		103.120	90.976

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Nota (1) PIS - EC nº 17/1997 - discute a exigibilidade do PIS. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão.

Nota (2) IRPJ - pleiteou o direito de deduzir a despesa relativa à CSLL da formação da base de cálculo do IRPJ, nos períodos-base de 1997 a 2000. Julgado de forma desfavorável, encontra-se em fase de execução para conversão dos depósitos em pagamento definitivo.

Nota(3) IRPJ - discutiu a exigência de multa sobre recolhimento de IRPJ - competência janeiro de 2002 em 2003 - realizado sob o instituto de denúncia espontânea, desconSIDERADO pela Receita Federal. Julgado de forma favorável, aguarda levantamento do depósito judicial.

Nota (4) CSLL - discutiu a majoração da alíquota da CSLL - Leis nº 9.249/1995 e nº 9.316/1996, EC nº 10/1996, e Lei nº 13.169/2015. Sobre a Lei nº 9.316/1996 e da EC nº 10/1996, obteve resultado parcialmente favorável, reconhecendo o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos sob alíquota superior a 18%. Os demais aspectos da ação foram julgados improcedentes, e os valores depositados judicialmente serão convertidos em pagamento definitivo em favor da União. Quanto à Lei nº 9.249/1995, obteve resultado parcialmente favorável, apenas no aspecto de violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. O processo foi remetido ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra sobrestado, até pronunciamento definitivo do STF no RE 578.846. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Sobre a Lei nº 13.169/2015 - aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, aguarda julgamento de Apelação, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. A probabilidade de perda é classificada como possível.

Nota(5) Contribuições Previdenciárias - discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Julgamento favorável em Apelação. Aguarda eventual interposição de Recursos por parte da União.

Nota (6) IRPJ e CSLL - autuada em razão de pagamento de juros sobre o capital próprio retroativo. Julgado de forma desfavorável na esfera administrativa, aguarda julgamento de Recurso Especial.

Trabalhistas - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos.

Cível - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

b) Movimentação

	30/06/2018				30/06/2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	617.198	546	78.221	695.965	592.833	927	21.744	615.504
Constituições/reversões	-	132	3.628	3.760	-	(368)	10.342	9.974
Atualização monetária	8.028	28	(1.203)	6.853	14.164	27	6.727	20.918
Pagamentos	-	-	(8.356)	(8.356)	-	-	(6.773)	(6.773)
Saldo final	625.226	706	72.290	698.222	606.997	586	32.040	639.623

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	14	1.043.664	625.226	14	1.010.640	617.198
Provável	4	612.359	612.359	4	604.442	604.442
Possível	10	431.305	12.867	10	406.198	12.756
Trabalhistas	21	9.020	706	22	8.163	546
Provável	8	2.843	706	11	2.575	546
Possível	-	-	-	1	456	-
Remota	13	6.177	-	10	5.132	-
Cíveis	18.497	1.470.719	72.290	18.034	1.441.671	78.221
Provável	2.368	51.409	72.290	2.021	50.105	78.221
Possível	6.439	1.048.706	-	6.473	1.024.886	-
Remota	9.690	370.604	-	9.540	366.680	-
Total	18.532	2.523.403	698.222	18.070	2.460.474	695.965

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 655.745 (R\$ 655.745 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2017), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d) Reserva de investimentos

Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

e) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**a) Principais ramos de atuação**

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vida em grupo	1.216.909	752.117	21,71%	34,32%	27,12%	34,44%
Prestamista	581.779	650.558	28,63%	25,34%	31,57%	30,69%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	364.369	447.978	63,52%	63,21%	8,22%	9,11%
Seguro de vida do produtor rural	424.804	357.762	16,79%	11,10%	29,43%	28,90%
Penhor rural instituições financeiras privadas	341.861	330.330	25,46%	25,44%	10,19%	10,07%
Acidentes pessoais coletivo	337.389	251.863	6,59%	9,93%	21,75%	32,71%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	161.364	137.660	72,09%	129,80%	6,94%	8,95%
Doenças graves ou doença terminal	85.344	95.428	28,80%	16,51%	36,75%	37,17%
Demais ramos	427.819	381.666	26,97%	27,78%	27,16%	23,70%
Total	3.941.638	3.405.362	27,88%	33,93%	23,74%	25,16%

	30/06/2018	30/06/2017
b) Prêmios emitidos	3.419.881	3.159.999
Prêmios diretos	3.329.846	3.022.921
Prêmios de cosseguros aceitos	30.901	27.333
Repasse DPVAT	59.134	77.065
Recuperação de custos iniciais de contratação (*)	-	32.680
c) Sinistros ocorridos	(1.099.052)	(1.155.329)
Sinistros	(1.041.455)	(1.065.862)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(1.522)	(12.170)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(36.335)	(34.095)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(9.324)	(34.808)
Serviço de assistência	(11.980)	(11.142)
Salvados	898	565
Ressarcimentos	666	2.183
d) Custo de aquisição	(935.586)	(856.807)
Comissões	(898.160)	(698.996)
Comissões de estipulantes	(24.897)	(26.811)
Remuneração de agências	(18.466)	(15.278)
Despesas com apólices e/ou contratos	(10.618)	(11.281)
Despesas com inspeção de riscos	(500)	(992)
Variação das despesas de comercialização diferidas	17.055	(103.449)
e) Outras receitas e despesas operacionais	(78.507)	(245.600)
Contribuição ao FESR	(96.318)	(84.104)
Redução ao valor recuperável - RVR	53.351	(120.905)
Contingências cíveis	4.728	(3.569)
Endomarketing	(18.898)	(10.391)
Despesas com cobrança	(7.198)	(7.929)
Apólices e contratos	(279)	(60)
Outras	(13.893)	(18.642)
f) Resultado com operações de resseguro	(75.663)	79.571
Receitas com resseguro	304.973	495.201
Recuperação de indenização	306.271	495.698
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(1.285)	(522)
Recuperação de indenização - PDR e IBNR	(13)	25
Despesas com resseguro	(380.636)	(415.630)
Prêmios de resseguro	(422.425)	(450.402)
Prêmios de resseguro cancelados	5.510	5.807
Prêmios de resseguro restituídos	228	2.127
Variação das provisões de resseguro	36.327	27.446
Salvados e ressarcimentos	(276)	(608)
g) Despesas administrativas	(152.923)	(146.628)
Pessoal próprio	(65.976)	(59.728)
Serviços de terceiros	(41.547)	(39.804)
Localização e funcionamento	(35.877)	(36.580)
Publicidade e propaganda	(4.459)	(4.010)
Donativos e contribuições	(142)	(2.275)
Outras despesas administrativas	(4.922)	(4.231)

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

h) Despesas com tributos	(145.443)	(102.383)
COFINS	(125.965)	(88.106)
COFINS - Crédito tributário	3.000	2.383
PIS	(18.971)	(14.352)
PIS - Crédito tributário	487	387
Taxa de fiscalização	(2.168)	(2.092)
Outras despesas com tributos	(1.826)	(603)
i) Resultado financeiro	164.264	240.500
Receitas financeiras	224.244	312.581
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	91.830	163.446
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	55.859	60.266
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	60.438	57.209
Rendimento equivalentes de caixa	88	253
Atualização de depósitos judiciais	13.882	25.273
Operações de seguros	952	342
Outras receitas financeiras	1.195	5.792
Despesas financeiras	(59.980)	(72.081)
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar	(23.726)	(19.293)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(14.058)	(20.918)
Operações de seguros	(13.002)	(20.755)
Redução ao valor recuperável - aplicações	(483)	(722)
Taxa de administração	(6.890)	(8.318)
Outras despesas financeiras	(1.821)	(2.075)

(*) Conforme Circular Susep nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG).

(**) Refere - se ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar.

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento

O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros, Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantem firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de:

- Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA;
- Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA.

O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o primeiro semestre de 2018, estão demonstrados a seguir:

<u>Companhia</u>	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Sede GRUPO	15.267	16.475	58.620	93.268	56.978	221.714	130.865	331.457	8.372
Call Center - Franca	1.082	1.376	5.712	7.804	3.415	5.469	10.209	14.649	569
Call Center - São Carlos	1.046	1.451	3.711	5.559	-	-	4.757	7.010	707
Total	17.395	19.302	68.043	106.631	60.393	227.183	145.831	353.116	9.648
GRUPO SEGURADOR									
Arrendamento									
Sede GRUPO	46.906	50.619	180.106	286.558	175.060	681.196	402.072	1.018.373	23.320
Call Center - Franca	3.325	4.229	17.548	23.977	10.494	16.804	31.367	45.010	1.748
Call Center - São Carlos	3.215	4.458	11.401	17.081	-	-	14.616	21.539	2.172
Total	53.446	59.306	209.055	327.616	185.554	698.000	448.055	1.084.922	27.240

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	1.621.875	1.621.875	1.218.250	1.218.250
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(405.457)	(324.375)	(304.551)	(243.650)
Diferenças temporárias	16.247	12.998	(33.113)	(26.491)
Diferenças permanentes	35	226	(103)	168
Seguros rurais	106.049	-	105.732	-
Amortização de ágio	-	-	14.536	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Deduções incentivadas	386	-	2.451	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(282.740)	(311.151)	(215.048)	(269.973)
Constituição/Reversão de crédito tributário	(16.247)	(12.998)	18.578	26.491
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(54)	-	-	-
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	(382)	-	(414)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(299.041)	(324.531)	(196.470)	(243.896)
Alíquota efetiva (%)	18%	20%	16%	20%

b) Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2017	Constituições	Reversões	30/06/2018
Ativo				
Tributos a compensar	-	1.095	-	1.095
PIS COFINS s/ PSL/IBNR	45.576	3.533	(1.281)	47.828
Tributos retidos na fonte	2.989	54	(2.996)	47
Total circulante	48.565	4.682	(4.277)	48.970
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	105.529	8.920	(6.398)	108.051
Contingências cíveis	31.289	8.017	(10.389)	28.917
Provisão para riscos de crédito	41.687	1.776.154	(1.800.229)	17.612
Provisão para participação nos lucros	4.980	31.371	(33.785)	2.566
Contingências trabalhistas	219	234	(170)	283
Outras provisões	5.226	12.278	(15.629)	1.875
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(9.024)	94.947	(85.039)	884
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	31.365	1.367	(131)	32.601
Total não circulante	211.271	1.933.288	(1.951.770)	192.789

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

O Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual a Companhia manteve operações a partir de 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras despesas operacionais".

O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto.

A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

a) Sumário das transações com partes relacionadas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante	870.599	635.996
Bancos	2.939	2
Banco do Brasil S.A.	2.939	2
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador	226.433	127.520
IRB Brasil Resseguros S.A.	192.572	91.450
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	32.800	35.689
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	1.061	381
Provisões técnicas de ativos de resseguro	625.962	495.073
IRB Brasil Resseguros S.A.	489.508	381.828
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	105.874	84.199
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	30.580	29.046
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	1.797	98
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	652	-
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	945	98
MAPFRE Vida S.A. (*)	200	-
Títulos e créditos a receber - Outros	2	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	2	-
Custos de aquisição diferidos	13.466	13.303
Banco do Brasil S.A.	13.466	13.303
Ativo não circulante	88.778	94.325
Provisões técnicas de ativos de resseguro	47.021	54.302
IRB Brasil Resseguros S.A.	45.507	43.707
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	1.109	7.878
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	405	2.717
Custos de aquisição diferidos	41.757	40.023
Banco do Brasil S.A.	41.757	40.023
Total do Ativo	959.377	730.321
Passivo circulante		
Circulante	439.451	418.996
Obrigações a pagar - Compartilhamento	4.268	9.733
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	-	177
MAPFRE Vida S.A. (*)	-	1.332

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	4.268	8.224
Obrigações a pagar - Outras		2.269	1.021
Ativos S.A. Gestão Cobr e Recup de Créd.	Coligada	83	-
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	-	2
Banco do Brasil S.A.	Coligada	1.922	-
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada	-	757
BB Administradora de Consórcios S.A.	Coligada	23	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	184	184
BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil	Coligada	1	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Coligada	39	39
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	1	39
MAPFRE Vida. (*)	Coligada	16	-
Prêmios a restituir		494	13.519
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	494	13.519
Prêmios de resseguro cedido		431.986	394.499
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	354.040	298.750
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	77.492	86.637
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	454	9.112
Comissão sobre prêmios		434	224
Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses	Coligada	434	224
Total do passivo		439.451	418.996

		<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Resultado			
Prêmios diretos		-	386
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	-	12
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	-	19
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	-	27
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	-	318
BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (*)	Acionista	-	4
MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (*)	Acionista	-	6
Prêmios de resseguro cedido		(380.358)	(456.643)
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	(308.319)	(368.421)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	(71.630)	(85.578)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(409)	(2.644)
Sinistros ocorridos		(11.939)	(11.842)
MAPFRE Assistência LTDA.	Coligada	(11.939)	(11.842)
Recuperação de sinistros ocorridos		305.734	494.435
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	230.946	441.517
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	74.426	52.060
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	362	858
Custo de aquisição		(912.978)	(704.993)
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(18.466)	(15.278)
Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses	Coligada	(301)	(179)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(894.211)	(689.536)
Varição dos custos de aquisição diferidos		1.897	(2.538)
Banco do Brasil S.A.	Coligada	1.897	(2.538)
Outras receitas e despesas operacionais - RVR Resseguro		9.186	(85.329)
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	8.553	(37.001)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	67	(35.228)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	566	(13.100)
Outras receitas e despesas operacionais - Outros		(37.748)	(22.957)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	-	(84)
Ativos S.A. Gestão Cobr e Recup de Créd.	Coligada	-	(3)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(31.155)	(21.311)
Brasilcap Capitalização S.A.	Coligada	-	(1.557)
Livelo S.A.	Coligada	(6.572)	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(21)	(2)
Despesas administrativas - Compartilhamento		137.375	(73.954)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	(10.059)	11.802
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	(5.160)	8.503
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	17.805	(17.884)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	134.789	(76.375)
Despesas administrativas - Pessoal		(8.487)	(4.704)
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada	-	(773)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	(551)	(520)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Coligada	-	(39)
MAPFRE Saúde Ltda.	Coligada	(7.936)	(3.372)

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas administrativas - Outras		(1.109)	(2)
Ativos S.A. Gestão Cobr e Recup de Créd.	Coligada	(883)	-
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(8)	(2)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(218)	-
Despesas financeiras - Taxa Adm		(6.895)	(8.393)
BB Gestão de Recursos - Distrib. de Títulos e Val. Mobil. S.A.	Coligada	(6.895)	(8.393)
Total do Resultado		(905.322)	(876.534)

(*)Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO.

(**)As ações do IRB Brasil Resseguros S.A. foram vendidas no segundo semestre de 2017, deixando assim de ser considerada como parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É contabilizada na rubrica “Despesas administrativas” a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 2.441 (R\$ 2.678 em 30 de junho de 2017).

c) Compartilhamento de despesas

As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos.

O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o semestre totalizaram R\$ 551 (R\$ 520 em 30 de junho de 2017).

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, tendo alcance sobre a Companhia.

b) Assuntos regulamentares

Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Companhia foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração.

A partir de 2016 a Companhia absteve-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo do artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 544/2016) para todos os ativos sujeitos à redução ao valor recuperável.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Em junho de 2018 a Seguradora retomou a utilização de estudo técnico para o registro da redução ao valor recuperável dos créditos referentes aos prêmios a receber, previamente analisado pela SUSEP, considerando o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixa de vencimento, conforme descrito na nota explicativa nº 3cii.

* *

Diretoria

Fernando Barbosa de Oliveira - Diretor Presidente

Luis Gutiérrez Mateo- Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino

Camilo Buzzi

Carlos Alberto Landim

Enrique De La Torre Velasco

Leonardo Giuberti Mattedi

Luis Felipe Lebert Cozac

Mauricio Galian

Raphael de Luca Júnior

Wady José Mourão Cury

Contadora

Simone Pieretti Gonçalves

CRC 1SP 183717/O-5

Atuária

Adriana Nery Osassa Okada

MIBA 1031

BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

CNPJ/MF 03.095.453/0001-37

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria da BB MAPFRE SH1 Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por três membros efetivos e está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Companhia de Seguros Aliança do Brasil e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho e com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização o comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

CNPJ/MF 03.095.453/0001-37

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Fundamentado nas informações colhidas a partir do acompanhamento dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pela autoridade supervisora e pela área de controles internos, o Comitê considera que o Sistema de Controles Internos das empresas abrangidas apresentou deficiências em algumas situações demandando esforços da Administração em manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações das auditorias.

Revisou as demonstrações contábeis, notas explicativas e o relatório da administração da Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Mapfre Vida S.A. e discutiu com o auditor independente seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) O sistema de controles internos da empresa líder e de suas subsidiárias alcançadas pelo Comitê apresentou deficiências em algumas situações demandando esforços da Administração em manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações das auditorias;
- b) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c) A auditoria externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

CNPJ/MF 03.095.453/0001-37

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

- d) As demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Mapfre Vida S.A. se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30/06/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo (SP), 28 de agosto de 2018.

João Décio Ames
Coordenador

Luiz Cláudio Ligabue
Membro Titular

Mario Teixeira de Almeida Rossi
Membro Titular